

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ELMA SOUSA MACHADO

**EVIDENCIAÇÃO OBRIGATÓRIA E VOLUNTÁRIA DAS PROVISÕES E
PASSIVOS CONTINGENTES NAS EMPRESAS VAREJISTAS DO SETOR
DE CONSUMO CÍCLICO LISTADAS NA B3: Uma análise com base na
NBC TG 25**

São Luís - MA
2025

ELMA SOUSA MACHADO

**EVIDENCIAÇÃO OBRIGATÓRIA E VOLUNTÁRIA DAS PROVISÕES E
PASSIVOS CONTINGENTES NAS EMPRESAS VAREJISTAS DO SETOR
DE CONSUMO CÍCLICO LISTADAS NA B3: Uma análise com base na
NBC TG 25**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Telma Maria Chaves Ferreira da Silva.

São Luís - MA
2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Sousa Machado, Elma.

EVIDENCIAÇÃO OBRIGATÓRIA E VOLUNTÁRIA DAS PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES NAS EMPRESAS VAREJISTAS DO SETOR DE CONSUMO CÍCLICO LISTADAS NA B3: Uma análise com base na NBC TG 25 / Elma Sousa Machado. - 2025.

47 f.

Orientador(a): Telma Maria Chaves Ferreira da Silva.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal do Maranhão, São Luís., 2025.

1. Provisões. 2. Passivos Contingentes. 3. Cpc 25.
4. Varejo Cíclico. I. Chaves Ferreira da Silva, Telma Maria. II. Título.

ELMA SOUSA MACHADO

**EVIDENCIAÇÃO OBRIGATÓRIA E VOLUNTÁRIA DAS PROVISÕES E
PASSIVOS CONTINGENTES NAS EMPRESAS VAREJISTAS DO SETOR
DE CONSUMO CÍCLICO LISTADAS NA B3: Uma análise com base na
NBC TG 25**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovada em: 18/07/2025.

Nota final: 9,5.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a Telma Maria Chaves Ferreira da Silva (Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão

2º EXAMINADOR

3º EXAMINADOR

Dedico este trabalho a Deus, por Sua graça infinita. À minha mãe, Maria Araújo, e à minha irmã, Elizângela Machado, por todo amor, incentivo e orações durante cada etapa desta jornada. Ao meu pai, Antônio Machado (*in memoriam*), que esteve comigo em parte do caminho e que, com certeza, se alegraria com esta conquista.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo cuidado e amor infinitos, por me permitir chegar até aqui e por me acompanhar em todos os momentos.

Ao meu pai, Antônio Machado (*in memoriam*), pelo incentivo aos estudos ao longo de toda a minha vida. Pelas noites em que permaneceu acordado apenas para que eu não estudasse sozinha, por me esperar ansiosamente retornar da UFMA todas as noites, tentando suavizar meu cansaço, e por nunca medir esforços para me ver alcançar meus objetivos. Esteve fisicamente comigo na maior parte dessa jornada, e chegar até aqui é também uma forma de honrar a sua memória.

À minha mãe, Maria, pelo apoio constante e por acreditar em mim em cada passo. Mesmo distante fisicamente, esteve presente todos os dias com suas orações e palavras de encorajamento, sempre me fazendo acreditar na minha capacidade, principalmente nos momentos de desânimo e cansaço.

À minha irmã Elizângela, pelas constantes orações, pelo cuidado e, especialmente, pelos dois presentes que me encheram de força em diversos momentos: meus sobrinhos Benício e Antony, que tantas vezes foram minha verdadeira fonte de energia.

Aos meus amigos de curso e de vida, Jessica Leocadio e Elias Oliveira, pela parceria e apoio nos desafios de conciliar trabalho e estudos. A presença de vocês tornou essa caminhada mais leve e possível.

À minha professora durante a graduação e orientadora deste estudo, Telma Chaves, por sua contribuição plena, que foi essencial na construção deste trabalho. Agradeço por me instigar a pensar criticamente, por sua dedicação e tempo disponibilizado em cada orientação, pelo incentivo e por acreditar neste estudo.

Aos professores do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Maranhão, em especial aos docentes que marcaram minha formação: Manoel Rubim, Francisco Gilvan Moreira, José de Ribamar Coimbra, Rui Andrade, Lauro Carvalhal e Maria Eugênia Araújo, meu sincero agradecimento pelo conhecimento compartilhado com excelência.

E a todos que, de alguma forma, contribuíram para a conquista do meu bacharelado em Ciências Contábeis, o meu muito obrigada.

“Há uma responsabilidade social inequívoca entre a empresa e a sociedade.”

Antônio Lopes de Sá.

RESUMO

O presente estudo objetiva analisar o nível de evidenciação obrigatória e voluntária de provisões e passivos contingentes em empresas varejistas cíclicas da B3, com base no exercício de 2024 e no cumprimento do CPC 25. A metodologia empregou uma abordagem descritiva e qualitativa, e avaliou as demonstrações contábeis de 17 companhias do subsetor Comércio. Foram utilizadas as listas de verificação do CPC 25 para avaliar o *disclosure* obrigatório (provisões e passivos contingentes possíveis) e voluntário (contingências remotas). O estudo fundamenta-se na Teoria da Divulgação e no CPC 25, normativo que rege o reconhecimento e a divulgação de provisões e passivos contingentes. Os resultados revelam lacunas significativas no cumprimento pleno do CPC 25, principalmente na divulgação voluntária de passivos contingentes remotos. A evidenciação obrigatória de provisões e passivos contingentes possíveis não atinge 100% de conformidade. Observou-se a baixa divulgação de contingências remotas. Os tipos de provisões e contingências mais comuns foram as cíveis e as trabalhistas, com destaque para a incidência tributária em contingências remotas. A conclusão deste estudo identifica a necessidade de maior clareza e transparência no Varejo Cíclico, especialmente devido à sua volatilidade econômica. Isso demanda uma melhoria nas práticas de *disclosure* para garantir credibilidade e auxiliar na tomada de decisão dos usuários externos, garantindo a confiança dos investidores e a eficiência do mercado de capitais.

Palavras-chave: provisões; passivos contingentes; CPC 25; varejo cíclico.

ABSTRACT

This study aims to analyze the level of mandatory and voluntary disclosure of provisions and contingent liabilities in cyclical retail companies listed on B3, based on the 2024 fiscal year and in compliance with CPC 25. The methodology adopted a descriptive and qualitative approach, evaluating the financial statements of 17 companies in the Commerce subsector. CPC 25 checklists were used to assess mandatory disclosure (provisions and possible contingent liabilities) and voluntary disclosure (remote contingencies). The study is grounded in Disclosure Theory and CPC 25, the standard that governs the recognition and disclosure of provisions and contingent liabilities. The results reveal significant gaps in full accordance with CPC 25, especially regarding the voluntary disclosure of remote contingent liabilities. Mandatory disclosure of provisions and possible contingent liabilities did not reach full (100%) compliance. A low level of disclosure of remote contingencies was observed. The most common types of provisions and contingencies were civil and labor-related, with tax-related issues standing out among remote contingencies. The study concludes that greater clarity and transparency are needed in the Cyclical Retail sector, particularly due to its economic volatility. This highlights the need to improve disclosure practices to ensure credibility and support the decision-making process of external users, thereby fostering investor confidence and the efficiency of the capital market.

Keywords: provisions; contingent liabilities; CPC 25; cyclical retail.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Pesquisas similares.....	22
Tabela 2 - Amostra da pesquisa por segmento de atuação	25
Tabela 3 - Lista de verificação da divulgação obrigatória.....	25
Tabela 4 - Lista de verificação da divulgação voluntária	26
Tabela 5 - Tipos e Frequência de Provisões e Passivos Contingentes Identificados	28
Tabela 6 - Evidenciação e Expressividade das Provisões	29
Tabela 7 - Evidenciação e Expressividade dos Passivos Contingentes Possíveis ...	30
Tabela 8 - Evidenciação e Expressividade dos Passivos Contingentes Remotos	32
Tabela 9 - Média de Evidenciação de Provisões e Contingências por Segmento	33
Tabela 10 - Média de Expressividade de Provisões e Contingências por Segmento	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

B3	Brasil, Bolsa, Balcão
CPC 25	Comitê de Pronunciamentos Contábeis 25
IAS 37	Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standard 37)
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
BOVESP	Bolsa de Valores de São Paulo
IBrX-50	Índice Brasil 50

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 REVISÃO DE LITERATURA	17
2.1 Teoria da Divulgação na Contabilidade	17
2.2 Divulgação Voluntária.....	18
2.3 CPC 25 - Provisões e Passivos Contingentes	20
2.4 Estudos anteriores	21
3 METODOLOGIA	24
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	28
4.1 Categorização de provisões e passivos contingentes	28
4.2 Avaliação da evidenciação e expressividade das provisões	29
4.3 Evidenciação e expressividade dos passivos contingentes possíveis	30
4.4 Evidenciação e expressividade dos passivos contingentes remotos.....	32
4.5 Evidenciação de provisões e contingências por Segmento	33
4.6 Expressividade de provisões e contingências por Segmento	34
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS.....	39
APÊNDICE A – TABELAS DO EXCEL COM CÁLCULOS PARA O ESTUDO.....	44

1 INTRODUÇÃO

O panorama contábil nacional e internacional tem passado por transformações que exigem das organizações um maior nível de *disclosure* (divulgação), de modo que se põe em evidência a transparência das informações contábeis. Na busca pelo sucesso, elas precisam zelar tanto pelos investimentos, quanto pelo bom relacionamento com os seus *stakeholders* (Oliveira, 2011).

Para Iudícibus (2000) é papel da Contabilidade o fornecimento do conjunto básico de informações que supra de forma igual a necessidade dos seus usuários, o que ocorre mediante o *disclosure*, isto é, a evidenciação. A literatura contábil tem destacado a importância da qualidade da evidenciação para a tomada de decisão dos investidores. Assim, estudos como Rover e Pescador (2013) e Santos *et al.* (2021), mostram que a transparência na divulgação de provisões e passivos contingentes pode reduzir a assimetria de informação entre as empresas e o mercado, influenciando diretamente a percepção de risco e o custo de capital.

Neste contexto de evidenciação, Miranda (2018) relata que as empresas enfrentam desafios significativos no que tange às provisões e passivos contingentes, principalmente pelo fato da contingência depender de eventos incertos, mas que podem impactar o resultado.

De acordo com o CPC 25 (2009), a provisão é definida como um passivo que apesar de ter prazo ou valor incertos, é provável a sua ocorrência, bem como a estimativa do valor a ser onerado pode ser feita com confiabilidade. Por sua vez, o passivo contingente é definido como uma obrigação possível, que resulta de eventos passados, todavia sua confirmação depende da ocorrência ou não de eventos incertos e que não dependem do controle da entidade. A divulgação das provisões é obrigatória, já dos passivos contingentes divide-se em obrigatória e voluntária, quando as chances são possíveis ou remotas, respectivamente.

Diante do exposto, destaca-se que, em determinados setores da economia, o *disclosure* de provisões e contingências pode apresentar maiores desafios. É o caso das empresas varejistas de consumo cíclico, nas quais a evidenciação dessas informações torna-se ainda mais relevante, devido à volatilidade econômica e à sazonalidade característica de suas receitas, fatores que influenciam diretamente na constituição de contingências trabalhistas, fiscais, tributárias, entre outras. Dessa

forma, Poeta (2012) diz que é fundamental a normatização ao evidenciar provisões e passivos contingentes, reduzindo assim a assimetria informacional e representando de forma genuína a realidade da empresa, sobretudo com a subjetividade reforçada com a vigência do CPC 25.

Para Suave *et al.* (2013) a adequação das normas contábeis aos padrões internacionais por meio do CPC 25, propicia maior comparabilidade entre as demonstrações, além de otimizar a qualidade das informações geradas aos *stakeholders*, fornecendo informações reais, garantindo a transparência e a confiabilidade das demonstrações financeiras, permitindo que avaliem os riscos financeiros e a saúde econômica das organizações.

Na percepção de Piacentini (2004, p. 15) as companhias de capital aberto, a exemplo das listadas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), têm como desafio a atração de investidores, logo “estes somente irão investir nas mesmas se elas lhes oferecerem um retorno atrativo. Para tal, os investidores devem confiar nas informações emanadas do seu sistema contábil”. Assim, a venda de ações é reflexo do nível de *disclosure* apresentado pelas companhias.

Diante deste cenário, levanta-se o problema de pesquisa deste estudo: com base na NBC TG 25, qual o nível de evidenciação obrigatória e voluntária das provisões e passivos contingentes nas empresas varejistas do setor de consumo cíclico listadas na B3? Considera-se que a falta de clareza ou a insuficiência na divulgação dessas informações pode comprometer a confiança dos investidores e a eficiência do mercado de capitais (Santos *et al.*, 2021). Ademais, a análise do nível de evidenciação pode revelar práticas contábeis que impactam a comparabilidade das demonstrações financeiras entre empresas do mesmo setor, um aspecto primordial para a análise de desempenho financeiro (Santos *et al.*, 2021).

Assim, o objetivo geral deste trabalho é analisar o nível de evidenciação obrigatória e voluntária das provisões e passivos contingentes nas empresas varejistas do setor de consumo cíclico listadas na B3 no exercício de 2024, com base no CPC 25. Quanto aos objetivos específicos, apresenta-se os seguintes passos realizados para alcançar o objetivo geral:

- a) Identificar os principais itens de provisões e passivos contingentes evidenciados pelas empresas da amostra;
- b) Verificar a conformidade das informações apresentadas com os critérios exigidos pela NBC TG 25;

c) Avaliar o nível de divulgação dessas informações nos relatórios financeiros disponíveis ao público.

Esta pesquisa se justifica pela relevância social e econômica do setor varejista de consumo cíclico, responsável por uma movimentação significativa no mercado brasileiro e por apresentar exposição alta a riscos trabalhistas, cíveis e tributários. De acordo com o IBGE (2025), a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) apontou o comércio varejista acumulou crescimento de 4,7% em 2024, fechando o oitavo ano consecutivo com ganhos e o maior da série de crescimento, uma vez que o maior valor do período tinha sido de 2,3% em 2018. As empresas varejistas cíclicas têm como atributo a grande dependência entre seus fluxos de caixas previstos e o comportamento dos ciclos econômicos, sendo o setor de consumo cíclico o de maior número de segmentos da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), de acordo a própria instituição (Assaf Neto, 2019 *apud* Pantoja e Mendes, 2021). Tais características tornam essencial a evidenciação adequada de provisões e passivos contingentes, conforme previsto na NBC TG 25 (CPC 25).

Ademais, este estudo contribui para a identificação de falhas na divulgação e reforça a importância da transparência contábil, pelo fato de analisar a conformidade das demonstrações contábeis com o CPC 25. Os resultados oferecem evidências práticas para usuários da informação contábil, como investidores e gestores, ampliando a compreensão sobre os riscos não evidenciados e fortalecendo a qualidade da tomada de decisão.

Para tanto, o estudo emprega uma abordagem descritiva e qualitativa, analisando balanços patrimoniais, demonstrações do resultado do exercício e as notas explicativas das demonstrações financeiras das empresas selecionadas, com foco nas informações relacionadas às provisões e passivos contingentes. A análise será baseada nas determinações do CPC 25, que estabelece as normas para o reconhecimento, mensuração e divulgação dessas obrigações. Espera-se que os resultados contribuam para o entendimento das práticas contábeis no setor varejista de consumo cíclico e forneçam novas percepções para estudantes e profissionais da área contábil, acerca da importância da transparência na evidenciação contábil.

O presente trabalho estrutura-se da seguinte forma: o primeiro capítulo contextualiza o problema da pesquisa, a importância da transparência contábil, os conceitos fundamentais do CPC 25 e a justificativa para focar no setor de varejo cíclico. O embasamento teórico para realização da pesquisa é apresentado a partir do

segundo capítulo, que explana os fundamentos teóricos do disclosure contábil, seus tipos e motivações, com base em autores como Verrecchia, Salotti e outros, bem como detalha os critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e divulgação segundo o CPC 25, expondo também pesquisas anteriores de autores que estudaram a temática. Os procedimentos metodológicos utilizados para realização da pesquisa são abordados no terceiro capítulo. O quarto capítulo apresenta os resultados da pesquisa, assim como suas análises, seguido pelas considerações finais do estudo que são apresentadas no quinto capítulo.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Teoria da Divulgação na Contabilidade

A contabilidade tem como objetivo principal o fornecimento de informações que sejam relevantes no processo de tomada de decisões e a divulgação transparente dos dados (ou *disclosure*) desempenha um papel primordial. Quando há clareza e estruturação na evidenciação, se favorece a compreensão por parte dos usuários externos, oferecendo uma base mais sólida e confiável para que haja fundamentação segura das decisões (Pereira; Silva, 2006).

Neste cenário, tem-se o papel da Teoria da Divulgação (*Theory of Disclosure*), que de acordo com Salotti e Yamamoto (2005) vem sendo abordada pela pesquisa positiva em contabilidade desde a década de 80. A teoria da divulgação é uma linha de pesquisa que busca compreender o fenômeno da divulgação das informações financeiras sob diferentes enfoques, como a identificação dos impactos que a publicação das demonstrações contábeis pode exercer sobre os preços das ações, bem como investigar os motivos econômicos que levam as empresas a divulgar voluntariamente certas informações.

Verrecchia (2001) é um relevante autor dessa linha teórica. Em seu estudo, o autor manifesta que não há uma teoria unificada da divulgação, contudo, existe uma variedade de abordagens e modelos analíticos com a finalidade de compreender o fenômeno da divulgação contábil a partir de diferentes perspectivas. Ele propõe uma taxonomia das pesquisas sobre divulgação contábil, separando-as em três categorias, onde a primeira é pesquisa baseada em associação e trata a divulgação como um processo exógeno, buscando analisar sua ligação com variáveis de mercado, como preço das ações e o volume de negociação. A segunda categoria é pesquisa baseada em julgamento, considerando o *disclosure* como um processo endógeno, buscando o que motiva os gestores a divulgarem ou guardarem determinadas informações. Por último, na terceira categoria a pesquisa é baseada em eficiência, adotando uma ótica ex ante, avaliando as preferências de estrutura de divulgação sob o enfoque de bem-estar econômico.

Salotti e Yamamoto (2005) defendem que a ênfase dessa linha de pesquisa é o entendimento do fenômeno da divulgação das informações financeiras sob diferentes panoramas, estudando, por exemplo, os impactos que a divulgação das

demonstrações contábeis pode causar sobre os preços das ações, bem como os motivos econômicos que levam as empresas a divulgarem voluntariamente determinadas informações. Ao evidenciar e divulgar informações, é fundamental refletir sobre os efeitos que isso pode causar, uma vez que se tem a possibilidade de influenciar percepções, decisões e até mesmo a reputação da empresa diante de seus públicos. Dessa forma, Cruz e Lima (2010) expõem que o *disclosure* pode induzir o comportamento dos usuários, visto que os agentes econômicos têm a percepção afetada no que diz respeito ao risco oferecido pela empresa, interferindo no processo de estabelecimento de preços dos títulos e destinação de recursos.

Para Lopes e Martins (2005) a evidenciação contábil incompleta ou reduzida nas companhias tende a ocasionar assimetria informacional, que em muitos casos decorrem do conflito de interesses entre usuários internos e externos. Nesse contexto, Verrecchia (2001) argumenta que, quanto maior for a assimetria de informações entre usuários internos e externos, maior será a probabilidade da empresa aumentar o nível de divulgação das informações contábeis, de modo que minimize essa desigualdade e melhore sua imagem diante do mercado.

Nesse contexto, Sousa *et al.* (2014) defendem que a divulgação contábil funciona como uma ferramenta que permite às empresas se comunicarem com seus usuários externos, mostrando respeito e transparência aos *stakeholders*, criando assim mecanismos voltados ao alcance de seus objetivos estratégicos.

2.2 Divulgação Voluntária

A Teoria da Evidenciação, ou *disclosure*, relaciona-se intrinsecamente com a transparência e a divulgação de informações por parte das empresas. Essa divulgação pode ocorrer de forma obrigatória, quando resulta de exigência regulatória, ou de maneira voluntária, quando realizada por iniciativa da própria companhia, sem imposição legal (Fabre *et al.*, 2017).

Dessa forma, o *disclosure* voluntário é aquele que vai além do exigido em Lei, sendo feito a partir da decisão gestão ou dos controladores, em divulgarem informações não obrigatórias, mas que podem influenciar nas decisões dos usuários (Meek; Roberts; Gray, 1995).

Para Piacentini (2004, p.15) as informações contábeis externas são aquelas em que as companhias divulgam aos usuários externos, que compreende, por

exemplo, os fornecedores, instituições financeiras, órgãos reguladores, podendo-se citar a CVM, BOVESPA, auditoria independente, dentre outros. A autora expõe que “algumas destas informações são obrigatórias e outras as companhias fazem sua divulgação de forma voluntária por considerarem importantes informações”, podendo utilizar como meio de comunicação para os investidores. Adicionalmente, Salotti e Yamamoto (2005) informam que quando a divulgação é tratada como endógena, se questiona os motivos de ser ou não divulgada, assumindo que a administração pode decidir entre fazer ou não a divulgação de determinada informação.

Segundo Dye (2001), existe uma teoria da divulgação voluntária, partindo do pressuposto que a entidade divulgará apenas as informações favoráveis a ela. Em complemento, o autor comenta que “a maioria dos pesquisadores da área de contabilidade concordaria com que, divulgando mais informação, a firma pode reduzir o seu custo de capital, com a possibilidade de gerar perdas através da divulgação de informação privada”. Assim, a ótima divulgação levaria a ganhos, por conta do custo de capital, bem como perdas, em razão da divulgação de informações privadas (Dye, 2001, p.224).

Nas operações de mercado de capitais, conforme argumentam Silva *et al.* (2023), os gestores que preveem movimentações têm a divulgação voluntária como incentivo para a redução da assimetria informacional e, como consequência, redução do custo de capital. Nesse contexto, “as companhias de capital aberto têm mais incentivos para realizar a divulgação voluntária, comparando com as companhias de capital fechado, porque o custo do seu capital pode ter correlação positiva com a assimetria da informação” (Silva *et al.*, 2023, p. 4).

Moura *et al.* (2010, p.364) evidenciam que o *disclosure* voluntário é relevante para o sucesso das companhias, visto que a transparência das empresas leva os investidores a adquirirem mais confiança. No entanto, os autores destacam que “as informações voluntárias geradas pelas empresas não obedecem a parâmetros mínimos de divulgação, o que dificulta a sua análise comparativa, sobretudo de avaliar se a alocação dos recursos econômico-financeiros agregou valor à empresa”.

Essa confiança necessária aos investidores é conquistada quando suas expectativas são atendidas em relação à transparência das informações, reduzindo a assimetria informacional e preservando assim as relações entre companhias e stakeholders (Lima, 2007).

2.3 CPC 25 - Provisões e Passivos Contingentes

A temática provisões e passivos contingentes é regulamentada no Brasil por meio do Pronunciamento Técnico CPC 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis no ano de 2009, em correlação com as Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 37. Logo, as empresas brasileiras devem seguir esta normatização no tocante aos critérios de reconhecimento, bases de mensuração e divulgação dos itens tratados no CPC 25 (CPC, 2009).

Oliveira (2011) aponta que a IAS 37 e o CPC 25 possuem a finalidade de garantir o cumprimento das normas para reconhecimento e mensuração das provisões, bem da correta divulgação de informações nas notas explicativas, garantindo a compreensão da natureza, tempestividade e valores.

O CPC 25 define provisão como passivo de prazo ou valor incertos, com estimativa realizada de forma confiável. O reconhecimento ocorre no passivo em razão das obrigações presentes e da provável saída de recursos para que ocorra a liquidação da dívida (CPC, 2009). Neste sentido, Colauto *et al.* (2009) corroboram afirmando que uma obrigação será classificada como passivo e irá compor o Balanço Patrimonial somente após ser reconhecida e mensurada.

A diferença das provisões para os demais passivos da entidade se dá pela incerteza em relação ao prazo ou valor a ser onerado futuramente, assim, sempre haverá algum grau de incerteza. Ao comparar, os demais passivos demonstram grau de certeza consideravelmente superior às provisões (Leite, 2018).

Já o passivo contingente é definido pelo CPC 25 como uma obrigação possível, mas que depende de eventos futuros incertos para que seja concretizado, não havendo controle da entidade. Outra forma de ocorrência é sendo uma obrigação presente, resultante de eventos passados, porém a saída de valores não é provável e nem se consegue fazer a mensuração do montante com segurança, logo, não são reconhecidos no passivo (CPC, 2009).

No contexto de contingências passivas, Colauto *et al.* (2009) apontam que o fato caracterizador é exatamente a condição de incerteza, apesar do fato gerador ocorrer no passado. Diante disso, Farias (2004) enfatiza que o passivo contingente está entre os elementos patrimoniais mais difíceis para a Contabilidade, especialmente na atribuição de valor.

Quanto à evidenciação dos passivos contingentes, quando a possibilidade de ocorrência for possível, a entidade deve divulgar a natureza e valores nas notas explicativas, quando a chance de ocorrer for remota, a evidenciação não é obrigatória (CPC, 2009). Marion (2009) reforça que tanto nas provisões quanto nos passivos contingentes, é fundamental a divulgação de informações nas notas explicativas para suporte aos usuários na análise dos relatórios contábeis.

Neste cenário de aplicação das diretrizes do CPC 25, a pesquisa de Espindula e Souza (2025) desenvolveu um estudo para analisar o nível de evidenciação das provisões e passivos contingentes em um panorama geral das companhias listadas na B3 no ano de 2021, concluindo que as empresas de capital aberto brasileiras ainda não cumprem totalmente as exigências do CPC 25 em relação à evidenciação obrigatória de provisões e passivos contingentes. Ainda assim, a divulgação voluntária foi mais observada em setores regulados, como utilidade pública e saúde. A pesquisa mostra a necessidade de maior clareza e compromisso com a transparência nas demonstrações contábeis, versando sobre o provável impacto dessas informações na tomada de decisão de usuários externos e no desempenho das empresas no mercado (Espindula; Souza, 2025).

2.4 Estudos anteriores

Foi realizado o levantamento de estudos anteriores acerca da temática. A tabela a seguir demonstra os estudos observados por ordem cronológica de publicação, de 2011 a 2025, que investigaram a partir do primeiro até o último ano com exercício completo (2010 e 2024) de vigência do CPC 25 no Brasil, respectivamente.

Tabela 1 - Pesquisas similares

(continua)

Autores	Objetivo / Tipo da pesquisa	Resultados
Oliveira (2011)	Identificar o nível de <i>disclosure</i> das provisões e dos passivos contingentes apresentado pelas empresas listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa no exercício de 2010. Pesquisa de natureza positiva e empírico-analítica, bibliográfica e documental, com uma amostra de 111 empresas.	Evidenciaram baixo nível de divulgação de passivos contingentes e nível médio em relação às provisões. Constatou a existência de poucas informações acerca da divulgação voluntária de contingências e divulgação inadequada das provisões reconhecidas no balanço, no que tange à natureza e cronograma esperado de saídas de benefícios econômicos.
Fonteles <i>et al.</i> (2014)	Analisar os determinantes da evidenciação de provisões e contingências por companhias listadas na BM&FBovespa no exercício de 2010. Estudo teórico-empírico, descritivo, com natureza quali-quantitativa, com uma amostra de 308 companhias.	Apontou que a maioria das provisões foram constituídas por demandas judiciais cíveis, trabalhistas e tributárias. Identificou que a evidenciação de provisões e contingências é positivamente influenciada pelas variáveis: setor de atividade, tamanho e rentabilidade. Identificou um baixo nível de evidenciação, presença de antigas práticas contábeis e a consequente inadequação das empresas ao CPC 25.
Farias <i>et al.</i> (2016)	Verificar fatores que influenciam na evidenciação do nível de <i>Disclosure</i> das Provisões e Passivos Contingentes da carteira teórica do índice Bovespa nos exercícios de 2012 a 2014. Pesquisa descritiva, documental e de abordagem quantitativa, com a avaliação de 48 empresas da amostra.	Apurou a média de 53,16% de <i>Disclosure</i> das Provisões e Passivos Contingentes, indicando que as empresas divulgam pouco mais da metade das informações exigidas pelo CPC 25, contudo. Além disso, foi observado que empresas maiores tendem a divulgar mais.
Farias, Ferreira e Vicente (2017)	Verificar se existem níveis diferenciados de <i>disclosure</i> das Provisões e Passivos Contingentes entre as companhias abertas brasileiras em 2016. Pesquisa descritiva e documental, quali-quantitativa, com amostra de 47 empresas da carteira teórica do IBRX-50.	Identificada a média de 53% do índice de <i>disclosure</i> , indicando que as empresas não estão cumprindo plenamente as orientações do CPC 25 na divulgação das informações. Não foi constatada significância estatística para a empresa de auditoria (Big Four., etc) ou nível diferenciado de governança corporativa em relação ao <i>disclosure</i> .
Neves e Bonfim (2021)	Analisar a composição das provisões e dos passivos contingentes das empresas brasileiras de capital aberto referente ao ano de 2019, através das demonstrações contábeis e notas explicativas de 391 empresas.	Evidenciou que 59% das empresas divulgaram algum tipo de contingência, enquanto 41% não divulgaram. Identificado que as provisões mais divulgadas foram trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais, todavia cerca de 25% das empresas não contabilizarem nenhum tipo de provisão. Os setores que mais divulgaram foram químico e o de energia elétrica.

Tabela 1 - Pesquisas similares

(conclusão)

Autores	Objetivo / Tipo da pesquisa	Resultados
Alves <i>et al.</i> (2022)	Verificar o nível de <i>disclosure</i> e a qualidade das informações sobre provisões e passivos contingentes em empresas da carteira teórica IBRX-50 no período de 2007 a 2019. Estudo descritivo e qualitativo, com uma amostra de 45 empresas listadas na B3.	Apontou que as empresas ampliaram a divulgação dos itens relacionados às provisões e passivos contingentes, principalmente o valor contábil no início e fim do período, sendo atribuído ao fato da maioria das empresas (43 de 45) terem sido auditadas por uma Big Four, o que sugere uma maior qualidade das informações prestadas.
Espindula e Souza (2025)	Analisar o nível de evidenciação obrigatória e voluntária das provisões e passivos contingentes nas companhias de capital aberto brasileiras no exercício de 2021. Pesquisa descritiva e qualitativa, com uma amostra de 406 empresas listadas na B3.	Identificou que os tipos mais recorrentes de provisões e passivos contingentes (possíveis e remotos) foram: trabalhistas, cíveis e tributários. Na evidenciação de provisões, apenas o setor de Saúde obteve média de divulgação acima de 50%. Na evidenciação de contingências remotas houve 2,38% de evidenciação. Os setores de Utilidade Pública e Consumo Cíclico apresentaram maior média de evidenciação e de expressividade.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Com base nos estudos empíricos anteriores apresentados, se evidencia em sua quase totalidade, o baixo nível de adequação às normas estabelecidas no CPC 25, apresentando deficiências no *disclosure* de provisões e contingências obrigatórias. Neste cenário, o *disclosure* de contingências remotas, cuja divulgação é voluntária, também apresenta baixo nível nos estudos, seguindo a tendência das empresas divulgarem o mínimo, sobretudo ao tratar de informações negativas. Logo, é relevante pesquisas atualizadas que abordem a evidenciação de provisões e passivos contingentes obrigatórios e voluntários, visto que quanto maior a quantidade de informações divulgadas, maior será a credibilidade gerada aos usuários externos, em razão da necessidade de obtenção de dados para tomada de decisão assertiva (Forte *et al.* 2021).

Nos estudos com comparação dos setores em geral, Farias, Ferreira e Vicente (2017) e Fonteles *et al.* (2013) destacam que o setor de Comércio apresentou níveis de evidenciação de provisões e passivos contingentes entre os melhores, enquanto Espindula (2025) corrobora ao identificar que o setor de Consumo Cíclico (que abrange grande parte do varejo) apresentou a maior média de evidenciação e expressividade no *disclosure* voluntário de contingências remotas, junto ao setor de Utilidade Pública. Assim sendo, são pertinentes pesquisas que analisem o nível real

de *disclosure* do setor varejo em específico, visto que se pode apresentar melhores índices mesmo estando em um cenário com baixa evidenciação geral por parte das demais empresas brasileiras.

Já Borges e Rover (2022) indicam que os ciclos econômicos influenciam a relevância das provisões e passivos contingentes. Portanto, é de suma importância a realização de pesquisas para analisar a prática do *disclosure* com base no CPC 25 no setor do varejo cíclico, visto que, diante das companhias que apresentam que sensibilidade às variações na economia, os investidores tendem a exigir mais informações sobre os riscos que as envolvem, significando que informações sobre provisões e contingências se tornam ainda mais relevantes na tomada de decisão de investimento.

3 METODOLOGIA

A pesquisa utiliza o método predominantemente qualitativo, utilizando como fonte de dados: balanços patrimoniais, demonstrações do resultado do exercício e as notas explicativas das demonstrações contábeis das empresas do varejo cíclico pertencentes à amostra. Os documentos para a análise foram obtidos no *site* da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), em razão da obrigatoriedade de disponibilização das demonstrações contábeis das companhias abertas no *site* do órgão regulador do mercado de valores mobiliários no Brasil.

Foram analisadas as demonstrações contábeis consolidadas das 17 companhias brasileiras de capital aberto do subsetor Comércio, que fazem parte do setor de Consumo Cíclico, listadas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) do exercício completo mais atual de 2024. Desta verificação, todas as 17 companhias possuíam provisões e/ou passivos contingentes, perfazendo a amostra final da pesquisa.

Os dados foram organizados em planilhas eletrônicas e tabulados para análise estatística descritiva. Utilizaram-se medidas de tendência central (média). Os resultados foram analisados por segmento de atuação dentro do setor varejista cíclico, buscando identificar padrões, falhas de divulgação e possíveis implicações para a transparência informacional.

Desta forma, a Tabela 2 demonstra como as 17 empresas da amostra estão divididas por segmentos dentro do subsetor Comércio, conforme classificação no site da B3. Adicionalmente, a Tabela 2 expõe que 14 empresas da amostra, que corresponde a 82% do total de 17, estão integradas ao Novo Mercado, que é o

segmento da B3 para empresas que adotam melhores padrões de governança corporativa e transparência (B3, 2025).

Tabela 2 - Amostra da pesquisa por segmento de atuação

Segmento do subsetor Comércio	Quantidade de empresas da amostra	Percentual de empresas da amostra	Quantidade de empresas da amostra que estão no Novo Mercado	Percentual de Novo Mercado
Eletrodomésticos	4	23,5%	3	75,00%
Produtos Diversos	6	35,3%	5	83,33%
Tecidos. Vestuário e Calçados	8	47,1%	6	75,00%
Total	17	100%	14	82% (geral)

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Como instrumento da pesquisa para análise da evidenciação obrigatória e voluntária, este estudo utilizou de duas listas de verificação, com base nas exigências do CPC 25:

a) Conforme Tabela 3, uma para avaliar a divulgação obrigatória das provisões e passivos contingentes possíveis, e

b) Conforme Tabela 4, uma lista de verificação para mensurar o nível de divulgação voluntária dos passivos contingentes com possibilidades remotas, visto que nestes casos não há obrigatoriedade de divulgação pelo CPC 25.

A Tabela 3 demonstra o instrumento para mensurar o nível de evidenciação obrigatória, apresentando a Lista de Verificação com 11 itens para análise da evidenciação das provisões, de acordo com as determinações do CPC 25 acerca das informações que devem constar nas demonstrações contábeis. Para análise da divulgação obrigatória de passivos contingentes, a Tabela 3 possui 4 itens com as informações mínimas que devem constar nas Notas Explicativas, nos casos em que as chances da contingência ocorrer são possíveis.

Tabela 3 - Lista de verificação da divulgação obrigatória

(continua)

Provisões (provável)		
Sequência	Índice CPC 25	Descrição
1	CPC 25:84	Valores contábeis no início e fim do período.
2	CPC 25:84	Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos, caso ocorra.
3	CPC 25:84	Valores utilizados e não utilizados revertidos (incorridos/baixados contra a provisão).
4	CPC 25:84	Valores não utilizados (estornados) no período.
5	CPC 25:84	Aumento no valor descontado a valor presente, por decurso do tempo.
6	CPC 25:84	Efeito de qualquer mudança na taxa de desconto.

7	CPC 25:85	Breve descrição da natureza da obrigação.
8	CPC 25:85	Cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes.

Tabela 3 - Lista de verificação da divulgação obrigatória

(conclusão)

Provisões (provável)		
Sequência	Índice CPC 25	Descrição
9	CPC 25:85	Uma indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas.
10	CPC 25:85	Informação de premissas adotadas para eventos de ocorrência futura.
11	CPC 25:85	Valor de qualquer reembolso esperado.
Passivos Contingentes (possíveis)		
Sequência	Índice CPC 25	Descrição
1	CPC 25:86 (caput)	Breve descrição da natureza do passivo contingente, na data do balanço.
2	CPC 25:86 (a)	Estimativa do seu efeito financeiro, mensurada conforme itens 36 a 52.
3	CPC 25:86 (b)	Indicação de incertezas do valor ou momento de ocorrência de qualquer saída.
4	CPC 25:84 (c)	Possibilidade de qualquer reembolso, quando praticável.

Fonte: Adaptação do CPC 25 (2009).

Para a mensuração do nível de divulgação voluntária nas companhias, foi elaborada a Lista de Verificação constante na Tabela 4, que contém 3 itens para análise da evidenciação voluntária, nos casos em que as possibilidades de ocorrência dos passivos contingentes são remotas e não há obrigatoriedade de divulgação, de acordo com o CPC 25.

Tabela 4 - Lista de verificação da divulgação voluntária

Passivos Contingentes (possibilidades remotas)		
Sequência	Índice CPC 25	Descrição
1	CPC 25:86 (caput)	Breve descrição da natureza do passivo contingente, na data do balanço.
2	CPC 25:86 (a)	Estimativa do seu efeito financeiro, mensurada conforme itens 36 a 52.
3	CPC 25:86 (b)	Indicação de incertezas do valor ou momento de ocorrência de qualquer saída.

Fonte: Adaptação do CPC 25 (2009).

Para analisar a expressividade das provisões e passivos contingentes possíveis e remotos nas demonstrações contábeis em cada companhia da amostra, as técnicas utilizadas foram baseadas no método de Espindula e Souza (2025). Dessa forma, a análise da expressividade das provisões consistiu na divisão do valor total de provisões evidenciadas pelo valor total do passivo de cada empresa, pois provisões são divulgadas somente quando reconhecidas, logo, esta técnica possibilita a

identificação do quanto representam em relação ao valor total das obrigações que as empresas estudadas possuem no Balanço Patrimonial.

Já para avaliar a expressividade das contingências possíveis, consistiu na divisão do valor total dos passivos contingentes possíveis evidenciados nas Notas Explicativas de cada companhia pelo valor do Lucro Líquido do Exercício, bem como pelo valor do Patrimônio Líquido. A avaliação da expressividade das contingências remotas seguiu o mesmo procedimento, com a divisão do total de passivos contingentes com possibilidades remotas de ocorrência pelo Lucro Líquido do Exercício e pelo Patrimônio Líquido, individualmente.

O procedimento da pesquisa para mensurar o nível de evidenciação obrigatória (provisões e passivos contingentes possíveis) e voluntária (onde ocorreu a divulgação de contingências remotas, não sendo obrigatória) também baseou-se no método adotado por Espindula e Souza (2025), que consiste em atribuir 1 aos itens da Lista de Verificação que foram evidenciados, 0 aos itens que não constam nas evidências e não se aplica (NA) nas situações em que as empresas informam não deter, não sendo obrigatória a divulgação. Dessa forma, para encontrar o índice de divulgação aplica-se a fórmula individualmente nas empresas da amostra, considerando as 3 Listas de Divulgação: $\text{Pontuação} \div (\text{Total} - \text{NA})$, que corresponde à razão entre a pontuação obtida e o total de itens da Lista de Verificação que são aplicáveis.

Com a determinação dos níveis de evidenciação obrigatória e voluntária, realizou-se a análise juntamente com a expressividade das provisões e contingências por empresa e, adicionalmente, a demonstração da média por segmento de atuação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Categorização de provisões e passivos contingentes

A Tabela 5 demonstra a quantificação e categorização das provisões e contingências possíveis e remotas de acordo com as naturezas evidenciadas nas demonstrações contábeis das 17 empresas da amostra.

Tabela 5 - Tipos e Frequência de Provisões e Passivos Contingentes Identificados

Distribuição das Provisões e Passivos Contingentes por Natureza				
Descrição	Provisões	Passivos Contingentes Possíveis	Passivos Contingentes Remotos	Total
Tributário	13	12	2	27
Cível	17	9	0	26
Trabalhista	17	9	0	26
Fiscal	3	1	1	5
Imobiliária	1	0	0	1
Não especificado	1	1	1	2
Outros	0	3	1	4
Total	52	35	5	92
Valor percentual	56,52%	38,04%	5,43%	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Conforme exposto na Tabela 5, foram encontradas o total de 92 ocorrências, sendo as provisões (56,52%) evidenciadas com mais frequência, seguidas pelos passivos contingentes possíveis (38,04%) e, em menor grau, pelos passivos contingentes remotos (5,43%). O total de 100% refere-se às 92 ocorrências identificadas, que englobam provisões, passivos contingentes possíveis e remotos.

Os tipos mais recorrentes para provisões são cível e trabalhista (ambos com 17 ocorrências), enquanto para passivos contingentes possíveis, o tipo mais comum é tributário (12 ocorrências), também seguido pelo Cível e Trabalhista (9 ocorrências em cada). Juntos, esses três tipos representam 85,71% do total geral de ocorrências. Essa distribuição corrobora a pesquisa anterior de Espindula e Souza (2025), que identificaram provisões trabalhistas, cíveis e tributárias como as mais comuns, apesar do estudo ter sido de uma amostra geral da B3. Nas contingências remotas, a maior incidência foi tributária (com apenas 2), assim sendo, a baixa ocorrência de passivos contingentes remotos reflete a tendência das empresas divulgarem o mínimo necessário quando a divulgação é voluntária.

É possível observar na Tabela 5 que para os passivos contingentes possíveis e remotos, houve 3 e 1 reconhecimento, respectivamente, com a natureza “outros”. Especificamente nestes casos, as Notas Explicativas descreveram em conjunto um único valor, não sendo possível alocar separadamente.

4.2 Avaliação da evidenciação e expressividade das provisões

A Tabela 6 apresenta para cada uma das 17 empresas da amostra, o nível de evidenciação das provisões (em percentual) e a expressividade dessas provisões em relação ao passivo total da empresa.

Tabela 6 - Evidenciação e Expressividade das Provisões

Empresas Varejistas do Setor Cíclico	Segmento	Nível de Evidenciação	Nível de Expressividade
Allied Tecnologia S.A	Eletrodomésticos	72,73%	2,29%
Grupo Casas Bahia S.A	Eletrodomésticos	54,55%	7,90%
Magazine Luíza S.A	Eletrodomésticos	66,67%	4,98%
Whirlpool S.A	Eletrodomésticos	81,82%	8,62%
Americanas S.A	Produtos Diversos	63,64%	0,01%
CVLB Brasil S.A	Produtos Diversos	72,73%	1,92%
Grupo SBF S.A	Produtos Diversos	72,73%	4,38%
Lojas Quero-Quero S.A	Produtos Diversos	54,55%	0,46%
MPM Corpóreos S.A	Produtos Diversos	72,73%	0,43%
Pet Center S.A	Produtos Diversos	54,55%	1,05%
Azzas 2154 S.A	Tecidos. Vestuário e Calçados	63,64%	4,43%
C&A Modas S.A	Tecidos. Vestuário e Calçados	63,64%	4,34%
Grazziotin S.A	Tecidos. Vestuário e Calçados	63,64%	0,52%
Guararapes Confecções S.A	Tecidos. Vestuário e Calçados	63,64%	1,04%
Lojas Renner S.A	Tecidos. Vestuário e Calçados	60,00%	0,72%
Marisa Lojas S.A	Tecidos. Vestuário e Calçados	81,82%	6,83%
Veste S.A. Estilo	Tecidos. Vestuário e Calçados	60,00%	1,25%

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

É observável que o nível de evidenciação das provisões varia de forma significativa entre as empresas, com os menores índices em 54,55% (Grupo Casas Bahia S.A, Lojas Quero-Quero S.A, Pet Center S.A) e os maiores em 81,82% (Whirlpool S.A e Marisa Lojas S.A). Isso indica que, mesmo que algumas empresas se aproximem de cumprir todas as exigências do CPC 25, nenhuma atinge 100% de conformidade para provisões, o que reforça achados de estudos anteriores sobre o baixo nível de adequação às normas, com Fonteles *et al.* (2014), que apontou através

da sua pesquisa um baixo nível de evidenciação, relatando acerca da presença de antigas práticas contábeis, que refletem na inadequação das empresas ao CPC 25.

A expressividade das provisões em relação ao passivo total (passivo circulante + passivo não circulante) também apresenta variação, de 0,01% na Americanas S.A (que está em recuperação judicial) a 8,62%, na Whirlpool S.A, indicando o impacto financeiro que as provisões representam em relação às obrigações totais das empresas, sendo um percentual relativamente baixo, todavia variável. Como segunda e terceira posição de maior expressividade, ainda que com baixo impacto, destaca-se também as companhias Casas Bahia e Lojas Marisa, onde as provisões representam 7,90% e 6,83% do passivo da empresa, respectivamente.

Dos elementos constantes na Lista de Verificação de evidenciação de provisões, os mais divulgados foram os valores de início e fim do período, provisões adicionais feitas no período e Valores utilizados e não utilizados revertidos, enquanto elementos com menos divulgação foram o aumento no valor descontado a valor presente, efeito de mudança na taxa de desconto e cronograma esperado de saídas.

4.3 Evidenciação e expressividade dos passivos contingentes possíveis

A tabela 7 detalha o nível de evidenciação dos passivos contingentes possíveis por empresa e sua expressividade em relação ao Lucro Líquido do Exercício e ao Patrimônio Líquido.

Tabela 7 - Evidenciação e Expressividade dos Passivos Contingentes Possíveis

(continua)

Empresas Varejistas do Setor Cíclico	Nível de Evidenciação	Nível de Expressividade Lucro Líquido	Nível de Expressividade Patrimônio Líquido
Empresas com Lucro			
Allied Tecnologia S.A	100,00%	163,17%	14,94%
Magazine Luíza S.A	75,00%	486,93%	19,30%
Whirlpool S.A	75,00%	241,91%	81,73%
Americanas S.A	75,00%	0,12%	0,20%
Grupo SBF S.A	100,00%	187,65%	33,38%
Lojas Quero-Quero S.A	50,00%	11.621,92%	3,11%
MPM Corpóreos S.A	75,00%	1.710,74%	3,29%
Azzas 2154 S.A	75,00%	255,06%	11,18%
C&A Modas S.A	75,00%	113,39%	15,51%

Tabela 7 - Evidenciação e Expressividade dos Passivos Contingentes Possíveis

(conclusão)

Empresas Varejistas do Setor Cíclico	Nível de Evidenciação	Nível de Expressividade Lucro Líquido	Nível de Expressividade Patrimônio Líquido
Empresas com Lucro			
Grazziotin S.A	75,00%	5,12%	0,56%
Guararapes Confeções S.A	75,00%	454,84%	19,79%
Lojas Renner S.A	75,00%	81,90%	9,10%
Veste S.A. Estilo	75,00%	29.964,51%	19,10%
Empresas com Prejuízo			
Grupo Casas Bahia S.A	75,00%	847,37%	357,49%
CVLB Brasil S.A	100,00%	117,97%	38,68%
Pet Center S.A	75,00%	753,18%	19,38%
Marisa Lojas S.A	75,00%	133,00%	147,57%

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Conforme demonstrado na Tabela 7, todas as empresas apresentaram contingências possíveis em suas notas explicativas. O nível de evidenciação para passivos contingentes possíveis é geralmente alto, variando de 50,00% (Lojas Quero-Quero S.A) a 100,00% (Allied Tecnologia S.A, Grupo SBF S.A, CVLB Brasil S.A). Isso sugere uma maior conformidade com as exigências de divulgação para este tipo de contingência em comparação com as provisões, o que também pode ocorrer pelo fato da lista de itens determinada pelo CPC 25 para sua evidenciação ser significativamente menor.

A expressividade em relação ao Lucro Líquido é notavelmente alta e bastante volátil, podendo-se observar os valores de 29.964,51% (Veste S.A. Estilo) e 11.621,92% (Lojas Quero-Quero S.A). Apesar da grande desproporção com os demais, outras companhias apresentam passivos contingentes possíveis em que o valor do risco supera o lucro líquido do exercício, como a MPM Corpóreos com 1.710,74%, Casas Bahia com 847,37%, Pet Center com 753,18% Magazine Luíza com 486,93% e todos os demais com expressividade acima de 100%.

A Tabela 7 separa as empresas que tiveram lucro líquido e as que tiveram prejuízo. Nesta segunda situação, para que os resultados da expressividade não ficassem negativos, foi utilizado o valor absoluto do prejuízo no denominador do cálculo, garantindo assim um percentual positivo e refletindo a magnitude do passivo contingente em relação ao resultado, o que aponta para um risco financeiro significativo se essas contingências se materializarem.

A expressividade em relação ao Patrimônio Líquido também é variada, mas com valores geralmente mais controlados em comparação com a expressividade em relação ao Lucro Líquido. O percentual mais baixo é de 0,20% (Americanas S.A) e o mais alto é de 357,49% (Grupo Casas Bahia S.A). Lojas Marisa também ficou com uma expressividade vultosa, no valor de 147,57%, o que é um ponto de atenção para estas companhias, pois estes percentuais indicam que os passivos contingentes excedem o patrimônio líquido da empresa, sugerindo um risco não reconhecido no balanço. Ademais, a maioria das empresas (12) ficaram com expressividade em relação ao patrimônio líquido abaixo de 20%, que apesar de ser um percentual relevante, não é alarmante, dependendo do contexto da empresa e da sua tolerância a riscos.

4.4 Evidenciação e expressividade dos passivos contingentes remotos

A tabela 8 apresenta o nível de evidenciação e a expressividade dos passivos contingentes remotos para cada empresa, em relação ao Lucro Líquido do Exercício e ao Patrimônio Líquido.

Tabela 8 - Evidenciação e Expressividade dos Passivos Contingentes Remotos

Empresas Varejistas do Setor Cíclico	Nível de Evidenciação	Nível de Expressividade Lucro Líquido	Nível de Expressividade Patrimônio Líquido
Allied Tecnologia S.A	0,00%	0,00%	0,00%
Grupo Casas Bahia S.A	0,00%	0,00%	0,00%
Magazine Luíza S.A	100,00%	504,30%	19,99%
Whirlpool S.A	100,00%	950,47%	321,13%
Americanas S.A	0,00%	0,00%	0,00%
CVLB Brasil S.A	100,00%	100,53 %	32,96%
Grupo SBF S.A	100,00%	26,97%	4,80%
Lojas Quero-Quero S.A	0,00%	0,00%	0,00%
MPM Corpóreos S.A	0,00%	0,00%	0,00%
Pet Center S.A	0,00%	0,00%	0,00%
Azzas 2154 S.A	0,00%	0,00%	0,00%
C&A Modas S.A	0,00%	0,00%	0,00%
Grazziotin S.A	0,00%	0,00%	0,00%
Guararapes Confeccões S.A	100,00%	116,87%	5,09%
Lojas Renner S.A	0,00%	0,00%	0,00%
Marisa Lojas S.A	0,00%	0,00%	0,00%
Veste S.A. Estilo	0,00%	0,00%	0,00%

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A Tabela 8 expõe que nível de evidenciação para passivos contingentes remotos é predominantemente 0,00% para a maioria das empresas. Da amostra de 17 empresas, apenas 5 (Magazine Luíza S.A, Whirlpool S.A, CVLB Brasil S.A, Grupo SBF S.A, Guararapes Confeccões S.A) realizaram a divulgação voluntária, nos casos em que as chances de ocorrência das contingências são remotas, não havendo a obrigatoriedade de divulgação pelo CPC 25. Destas 5 empresas, todas atingiram 100% de evidenciação dos 3 itens da lista nas suas Notas Explicativas. Este fato confirma a natureza voluntária da divulgação e a tendência da maioria das empresas em não divulgar informações sobre contingências remotas, apesar de ser considerado um elemento de transparência.

Consequentemente, a expressividade para a maioria das empresas também é 0,00% em relação ao Lucro Líquido e ao Patrimônio Líquido, em razão da ausência de divulgação. Para as empresas que divulgam, a expressividade pode ser alta, como 950,47% (Whirlpool S.A) em relação ao Lucro Líquido e 321,13% em relação ao Patrimônio Líquido, bem como a Magazine Luíza, que apesar da expressividade em relação ao Patrimônio Líquido ser 19,99%, ao verificar a razão com o Lucro Líquido, as contingências remotas representam 504,30%, um valor além da totalidade do lucro. Isso mostra que, quando as empresas optam por divulgar voluntariamente essas contingências, elas podem ser financeiramente significativas.

4.5 Evidenciação de provisões e contingências por Segmento

A Tabela 9 mostra as médias dos níveis de evidenciação para provisões, passivos contingentes possíveis e passivos contingentes remotos, agrupadas por segmento de atuação.

Tabela 9 - Média de Evidenciação de Provisões e Contingências por Segmento

Segmento	Média de Evidenciação Provisões	Média de Evidenciação Contingências Possíveis	Média de Evidenciação Contingências Remotas
Eletrodomésticos	68,94%	81,25%	50,00%
Produtos Diversos	65,15%	79,17%	33,33%
Tecidos, Vestuários e Calçados	65,19%	75,00%	14,29%

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

É possível observar na Tabela 9 um comparativo das médias de evidenciação por Segmento, conforme classificação na lista da B3 (Setor Consumo Cíclico - Subsetor Comércio - Segmentos). As empresas analisadas individualmente foram agrupadas para determinação dos percentuais médios.

A média de evidenciação das provisões ficou equilibrada entre os segmentos, variando de 65,15% (Produtos Diversos) a 68,94% (Eletrodomésticos), porém, nenhum segmento alcançou 70% de divulgação, o que reforça a ideia de que o cumprimento pleno do CPC 25 para provisões ainda é um desafio, como apontado por estudos anteriores. Para as contingências possíveis, os níveis médios de evidenciação são os mais altos entre as três categorias, variando de 75,00% (Tecidos, Vestuários e Calçados) a 81,25% (Eletrodomésticos). Este fato pode sugerir que as empresas tendem a ser mais transparentes com passivos contingentes que são "possíveis" e, portanto, exigem divulgação obrigatória. Contudo, apesar do CPC 25 determinar menos itens que as provisões para divulgação, ainda não alcança 100% de conformidade.

As médias das contingências remotas (voluntárias) são significativamente mais baixas, de 14,29% (Tecidos, Vestuários e Calçados) a 50,00% (Eletrodoméstico). O baixo índice para os passivos contingentes remotos pode ocorrer por ausência de situações dessa natureza nas companhias, todavia, também pode demonstrar a resistência das empresas em divulgarem informações voluntariamente, especialmente se percebidas como negativas, confirmando a literatura de que o *disclosure* voluntário de contingências remotas apresenta baixo nível e concordando com estudos anteriores, como o de Oliveira (2011) que identificou em sua pesquisa a deficiência de informações acerca da divulgação voluntária de contingências.

4.6 Expressividade de provisões e contingências por Segmento

A Tabela 10 apresenta as médias de expressividade das provisões e dos passivos contingentes (possíveis e remotos) por segmento, utilizando como bases de comparação o Passivo Total para provisões e Lucro Líquido e Patrimônio Líquido para contingências.

Tabela 10 - Média de Expressividade de Provisões e Contingências por Segmento

Segmento	Média de Expressividade Provisões	Média de Expressividade de Lucro Líquido - Contingências Possíveis	Média de Expressividade de Lucro Líquido - Contingências Remotas	Média de Expressividade Patrimônio Líquido - Contingências Possíveis	Média de Expressividade Patrimônio Líquido - Contingências Remotas
Eletrodomésticos	5,95%	297,34%	363,69%	118,37%	85,28%
Produtos Diversos	1,38%	3380,11%	0,00%	16,34%	6,29%
Tecidos, Vestuários e Calçados	2,73%	5145,80%	17,07%	31,83%	1,02%

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Como exposto na Tabela 10, a média de expressividade das provisões em relação ao Passivo Total é relativamente baixa, variando de 1,38% (Produtos Diversos) a 5,95% no segmento de Eletrodomésticos, que apresenta a maior média. O baixo índice significa que, em média, as provisões representam uma pequena parcela do passivo total das empresas, não sendo indicativo de alto impacto.

A expressividade das Contingências Possíveis em relação ao Lucro Líquido) tem valores médios extremamente altos, especialmente para Produtos Diversos (3380,11%), Tecidos, Vestuários e Calçados (5145,80%) e até mesmo Eletrodomésticos (297,34%). Esses níveis elevados mostram que os passivos contingentes possíveis, quando comparados ao Lucro Líquido (que pode ser um valor pequeno ou um prejuízo tratado em valor absoluto), têm um grande impacto financeiro, o que é um ponto de atenção para investidores, indicando um alto risco potencial. Já as Contingências Remotas possuem médias baixas em relação ao Lucro Líquido, variando de 0,00% para Produtos Diversos a 17,07% para Tecidos, Vestuários e Calçados, exceto para Eletrodomésticos, que apresenta média de 363,69%. A maioria dos 0% ocorre pela falta de divulgação voluntária, o que distorce a média. O valor alto para Eletrodomésticos indica que as poucas empresas que divulgam nesta categoria (como Magazine Luíza e Whirlpool na Tabela 7) têm montantes significativos em relação ao seu lucro líquido.

Em relação ao Patrimônio Líquido, a Tabela 10 mostra que as Contingências Possíveis possuem valores médios são mais moderados do que em relação ao Lucro Líquido, porém ainda expressivos, variando de 16,34% (Produtos Diversos) a 118,37% (Eletrodoméstico). Este índice maior que 100% para o segmento de Eletrodomésticos, sugere que, em média, os passivos contingentes possíveis excedem o valor do Patrimônio Líquido, o que pode indicar uma situação de alto risco

para a solvência dessas empresas caso essas contingências se materializem. Quanto às médias das Contingências Remotas em relação ao Patrimônio Líquido, apresentam-se baixas, ainda refletindo a falta de divulgação voluntária, exceto para o segmento de Eletrodomésticos, com média de 85,28%, que apesar de ter poucas divulgações, são significativas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como finalidade analisar o nível de evidenciação obrigatória e voluntária das provisões e passivos contingentes nas empresas varejistas do setor de consumo cíclico listadas na B3, com base no CPC 25. Foi identificado que estas empresas não atingem 100% de conformidade com as exigências do CPC 25 para a evidenciação obrigatória de provisões.

Para os passivos contingentes possíveis, que também exigem divulgação obrigatória, o nível de evidenciação é geralmente alto, mas ainda assim não alcança 100% de conformidade. Este fato reforça achados de estudos anteriores sobre o baixo nível de adequação às normas contábeis brasileiras. A divulgação voluntária de passivos contingentes remotos é predominantemente baixa, com a maioria das empresas apresentando 0% de evidenciação. Este resultado confirma a natureza voluntária da divulgação e a tendência das empresas em não divulgar informações sobre contingências remotas, especialmente se percebidas como negativas, o que alinha com a literatura existente e estudos anteriores.

No tocante à natureza das provisões e passivos contingentes, os tipos mais recorrentes de provisões identificados são de natureza Cível e Trabalhista, enquanto para os passivos contingentes possíveis, os tipos mais comuns são Tributário, Cível e Trabalhista. Nas contingências remotas, a maior incidência foi Tributária, todavia, com baixa ocorrência geral. Estes fatos indicam potenciais riscos jurídicos para as empresas, visto que podem resultar em perdas financeiras e comprometimento da imagem, demandando constante atenção da área jurídica.

Os resultados reforçam a necessidade de maior clareza e compromisso com a transparência nas demonstrações contábeis do setor varejista de consumo cíclico, sobretudo pela volatilidade característica do setor e dependência de fatos econômicos externos, visto que a falta de clareza ou insuficiência na divulgação dessas informações pode comprometer a confiança dos investidores e a eficiência do mercado de capitais. Mesmo que o setor de Consumo Cíclico tenha apresentado maior média de evidenciação e expressividade no *disclosure* voluntário de contingências remotas em um estudo anterior mais amplo realizado por Espindula e Souza (2025), a presente pesquisa focada no varejo cíclico ainda mostra desafios significativos, especialmente na divulgação voluntária.

Em síntese, este trabalho conclui que, embora haja algum nível de divulgação

obrigatória de provisões e passivos contingentes nas empresas varejistas de consumo cíclico listadas na B3, que pode ser reforçado pela integração de 82% do setor ao Segmento Novo Mercado, a conformidade plena com o CPC 25 ainda é um desafio, e a divulgação voluntária de contingências remotas é escassa. Os resultados da pesquisa indicam que pode haver incertezas quanto à aplicação da norma por parte dos profissionais da contabilidade, em razão das inconformidades encontradas na evidenciação das provisões e passivos contingentes. O estudo amplia a literatura ao evidenciar como as companhias varejistas de consumo cíclico têm conduzido a divulgação desses elementos contábeis.

Destaca-se que os resultados obtidos se limitam à amostra e ao período analisado, não sendo possível generalizá-los para outras empresas ou exercícios contábeis distintos. Como proposta para investigações futuras, sugere-se a realização de uma análise ao longo dos exercícios sociais, com o uso de métodos estatísticos, a fim de examinar a evolução do nível de evidenciação e a relevância das provisões e passivos contingentes ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Victor Sandeje Dantas; MOREIRA, Caritsa Scartaty; NASCIMENTO, Ítalo Carlos Soares do; SILVA, Annandy Raquel Pereira da. **Nível de *disclosure* das provisões e passivos contingentes de empresas brasileiras listadas na IBRX-50.** *Gestão Empresarial (Refas)*, Mossoró, v. 9, n. 1, p. —, out. 2022. ISSN 2359-182X. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9293609>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- BRASIL, BOLSA, BALCÃO. **Novo Mercado.** [S. l.]: B3, [s.d.]. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/segmentos-de-listagem/novo-mercado/. Acesso em: 27 jun. 2025.
- BORGES, Barbara Carvalho; ROVER, Suliane.** Os ciclos econômicos influenciam a relevância das provisões e passivos contingentes? Um estudo das companhias brasileiras de capital aberto. 2022. In: Anais do Congresso USP Internacional & Fipecafi (22° USP International Conference). Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/22uspinternational/ArtigosDownload/4024.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- COLAUTO, R. D.; CUNHA, J. V. A.; DIAS, G. M. **Passivo e sua mensuração.** In: COLAUTO, R. D.; CUNHA, J. V. A.; DIAS, G. M. *Estudando teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2009. cap. 7, p. 107-117.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.** [S. l.]: CPC, 2021. Disponível em: <https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=25>. Acesso em: 11 jun. 2025.
- CRUZ, Cassia Vanessa Olak Alves Cruz; LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco de Lima. **Reputação corporativa e nível de *disclosure* das empresas de capital aberto no Brasil.** *Revista Universo Contábil*, Blumenau, v. 6, n. 1, p. 85–101, fev. 2010. DOI:10.4270/ruc.20106. Disponível em: <https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/838>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- DE LUCA, Marcia Martins Mendes; MOURA, André Aroldo Freitas; NASCIMENTO, Fernando Saulo Pinheiro do. **Evidenciação voluntária de informações sociais por empresas de capital aberto no Brasil com base nos indicadores de responsabilidade social da ONU.** *Revista Alcance*, Itajaí, v. 19, n. 3, p. 362–380, jul./set. 2012. Disponível em: <https://revistaalcance.univali.br/index.php/alcance/article/view/403>. Acesso em: 7 jun. 2025.
- DYE, Ronald Allen. **An evaluation of “Essays on Disclosure” and the disclosure literature in accounting.** *Journal of Accounting and Economics*, v. 32, n. 1–3, p. 181–235, mar. 2001. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0165410101000246>. Acesso em: 7 jun. 2025.

ESPINDULA, Gabriella Janete; SOUZA, Maíra Melo de. **Análise das provisões e passivos contingentes nas companhias listadas na B3.** *Revista Ambiente Contábil*, Natal, v. 17, n. 1, p. 135–155, jan./jun. 2025. *Revista Ambiente Contábil*, v. 17, n. 1, p. 135–155, 2025. ISSN 2176-9036. DOI: 10.21680/2176-9036.2025v17n1ID35226.

Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/35226>. Acesso em: 24 jul. 2025.

FARIAS, Manoel Raimundo Santana. **Divulgação do passivo: um enfoque sobre o passivo contingente no setor químico e petroquímico brasileiro.** 2004.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-09012006-121101/>. Acesso em: 24 jun. 2025.

FARIAS, Robson Benedito; FERREIRA, Janaína da Silva; VICENTE, Ernesto Fernando Rodrigues. **Diferenças no índice de evidenciação das provisões e passivos contingentes das empresas brasileiras de capital aberto.** In:

Congresso UNB de Contabilidade e Governança, 3., 2017, Brasília. Anais [...]. Brasília: UNB, 2017. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/328726072_Diferencas_no_Indice_de_Evidenciacao_das_Provisoes_e_Passivos_Contingentes_das_Empresas_Brasileiras_de_Capital_Aberto. Acesso em: 12 jun. 2025.

FARIAS, Robson Benedito; HUPPES, Cristiane Mallmann; LOPES, Antônio Carlos Vaz; NORILLER, Rafael Martins. **Fatores Explicativos do Índice de Disclosure das Provisões e Passivos Contingentes das Empresas Pertencentes ao Índice Bovespa.** In: *USP International Conference in Accounting*, 16., 2016, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: Fipecafi/USP, 2016. Disponível em:

<https://congressousp.fipecafi.org/anais/16UsplInternational/165.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2025.

FONTELLES, Islane Vidal; NASCIMENTO, Cícero Filipe Soares do Nascimento; PONTE, Vera; REBOUÇAS, Silvia Maria Dias Pedro. **Determinantes da evidenciação de provisões e contingências por companhias listadas na BM&FBOVESPA.** *RGO Gestão Organizacional*, v. 6, n. 4, p. 85–98, 2013. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/369493838_Determinantes_da_Evidenciaao_de_Provisoes_e_Contingencias_por_Companhias_listadas_na_BMFBOVESPA. Acesso em: 2 jun. 2025.

FORTE, Hyane Correia; PRUDÊNCIO, Priscila de Azevedo; SILVA, Larissa Karoline Souza; PONTE, Vera Maria Rodrigues; GUIMARÃES, Daniel Barboza. **Efeito da divulgação de provisões e passivos contingentes sobre o desempenho de mercado das empresas listadas na B3.** *Revista Mineira de Contabilidade*, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, art. 3, p. 33–48, set./dez. 2021. ISSN 2446-9114. Disponível em: <https://revista.crcmg.org.br/rmc/article/view/1249>. Acesso em: 2 jun. 2025.

GOV.BR. **Comércio tem alta de 4,7% em 2024, maior crescimento desde 2012.** Secretaria de Comunicação Social, 13 fev. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2025/02/comercio-tem-alta-de-4-7-em-2024-maior-crescimento-desde-2012?utm_source=chatgpt.com . Acesso em: 12 jun. 2025.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Teoria da contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LEITE, José Roque. **Evidenciação de provisões e passivos contingentes (IAS 37/CPC 25): análise comparativa entre Brasil e França**. 2018. Dissertação (Mestrado em [Área não especificada]) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://pesquisaeasp.fgv.br/tesesdissertacoes/evidenciacao-de-provisoes-e-passivos-contingentes-ias-37cpc-25-analise>. Acesso em: 15 jun. 2025.

LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco de. **Utilização da teoria da divulgação para avaliação da relação do nível de disclosure com o custo da dívida das empresas brasileiras**. 2007. 118 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-26112007-165145/pt-br.php>. Acesso em: 5 jun. 2025.

LOPES, Alexsandro Broede; MARTINS, Eliseu. **Teoria da contabilidade: uma nova abordagem**. São Paulo: Atlas, 2005.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MEEK, Gary; ROBERTS, Clare; GRAY, Sidney. **Factors influencing voluntarily annual report disclosure by U.S., U.K., and continental European multinational corporations**. *Journal of International Business Studies*, v. 26, p. 555-572, 1995. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscaador.html?task=detalhes&id=W2002475444>. Acesso em: 5 jun. 2025.

MIRANDA, Natália Costa. **Provisão, ativos e passivos contingentes, situações possíveis, prováveis ou remotas**. *Revista Especialize On-line IPOG*, Goiânia, ano 9, ed. 16, v. 1, dez. 2018. ISSN 2179-5568. Disponível em: <http://assets.ipog.edu.br/wp-content/uploads/2019/12/07015611/natalia-costa-miranda-5719101.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2025.

NEVES, Cassiane Glória Ferreira; BONFIM, Mariana Pereira. **Panorama das Provisões e Passivos Contingentes das Empresas Brasileiras de Capital Aberto**. *Pensar Contábil*, Revista Atena, Rio de Janeiro v. 23, n. 82, p. 18-24, set./dez. 202. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/pensarcontabil/article/view/3709>. Acesso em: jun. 2025.

OLIVEIRA, Michelle Adriane Silva de. ***Disclosure das contingências e provisões passivas***. 2011. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-8YAL24/1/dissertacao_pos_defesa_revisado_biblioteca_reencadernado.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.

PANTOJA, Renato Mota; MENDES, Paulo Cesar de Melo. ***Análise do comportamento do valor econômico agregado das empresas cíclicas e não cíclicas listadas na B3 no período de 2015 a 2018***. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 21., 2021, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: FIPECAFI, 2021. Disponível em: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/21UspInternational/ArtigosDownload/3381.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025.

PEREIRA, J. C. S.; SILVA, R. C. ***Evidenciação (Disclosure): O Produto Final da Ciência Contábil***. *Revista Digital Simonsen*, 2006. Disponível em: <https://silo.tips/download/evidenciaaodisclosure-o-produto-final-da-ciencia-contabil>. Acesso em: 10 jun. 2025.

PESCADOR, Rafael Bertoldi; ROVER, Suliani. ***Value Relevance das Provisões e Passivos Contingentes nas Companhias Brasileiras***. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, Belo Horizonte, v. 35, n. 3, p. 25–52, set./dez. 2024. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/8124>. Acesso em: 10 jun. 2025.

PIACENTINI, Neusa. ***Evidenciação contábil voluntária: uma análise da prática adotada por Companhias Abertas Brasileiras***. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 24 set. 2004. 147 f. Disponível em: <http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/2784>. Acesso em: 15 jun. 2025.

POETA, Fabiana Zandonai. ***Julgamento relacionado às contingências: mensuração e análise das expressões verbais de probabilidades relativas ao passivo contingente***. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/100651>. Acesso em: 15 jun. 2025.

SALOTTI, Bruno Meirelles.; YAMAMOTO, Marina Mitiyo. ***Ensaio sobre a Teoria da Divulgação***. *BBR – Brazilian Business Review*, Vitória, v. 2, n. 1, p. 53-70, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=123016184004>. Acesso em: 7 jun. 2025.

SANTOS, Rayane Farias dos; SILVA JÚNIOR, Francisco José da; LOPES FILHO, Leonardo Luiz; MAIA LEITE FILHO, Paulo Amilton; COSTA SANTOS, Marcos Igor da. ***A influência da evidenciação de provisões e contingências na qualidade da informação contábil***. *Enfoque: Reflexão Contábil*, Maringá, v. 42, n. 1, p. 1–16, jan.–abr. 2023. DOI: 10.4025/enfoque.v42i1.58100. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/58100>. Acesso em: 5 jun. 2025.

SILVA, Thaís Alves da; SLEWINSKI, Evelise; SANCHES, Simone Leticia Raimundini; MORAES, Romildo de Oliveira. **Teoria da divulgação na perspectiva da economia da informação: possibilidade de novos estudos.** In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 21., 2021, São Paulo. *Anais eletrônicos...* São Paulo: FIPECAFI, 2021. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/artigos152015/276.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2025.

DE SOUSA, Claudinéia Boaventura; SILVA, Aldy Fernandes da; RIBEIRO, Maísa de Souza; WEFFORT, Elionor Farah Jreige. **Valor de mercado e *disclosure* voluntário: estudo empírico em companhias listadas na BM&FBOVESPA.** *Revista Ambiente Contábil*, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, v. 6, n. 2, p. 94–115, jul. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/4886>. Acesso em: 10 jun. 2025.

SUAVE, Ricardo; MELLO CODESSO, Maurício; DE MORAES PINTO, Hugo; FERNANDO RODRIGUES VICENTE, Ernesto; LUNKES, Rogério João. **Divulgação de passivos contingentes nas empresas mais líquidas da BM&FBOVESPA.** *Revista da UNIFEBE*, v. 1, n. 11, Brusque, SC, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/261175860_DIVULGACAO_DE_PASSIVO_S_CONTINGENTES_NAS_EMPRESAS MAIS LIQUIDAS_DA_BMFBOVESPA. Acesso em: 4 jun. 2025.

VERRECCHIA, Robert E. **Essays on Disclosure.** *Journal of Accounting and Economics*, Amsterdam, v. 32, n. 1–3, p. 97–180, 2001. DOI: 10.1016/S0165-4101(01)00025-8. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=276699. Acesso em: 4 jun. 2025.

APÊNDICE A – TABELAS DO EXCEL COM CÁLCULOS PARA O ESTUDO

IDENTIFICAÇÃO DOS VALORES DAS PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES POSSÍVEIS E REMOTOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS EMPRESAS ESTUDADAS

EMPRESA	SEGMENTO	PROVISÃO (BALANÇO)	VALOR	PASSIVO CONTINGENTE OBRIGATÓRIO (POSSÍVEL)	VALOR	PASSIVO CONTINGENTE VOLUNTÁRIO (REMOTO)	VALOR
ALLIED TECNOLOGIA S.A.	Eletrodomésticos Novo Mercado	Trabalhista	R\$ 6.518 mil	Trabalhista	R\$ 35.032 mil		
		Cível	R\$ 734 mil	Cível	R\$ 6.873 mil		
		Tributário	R\$ 71.829 mil	Tributário	R\$ 195.556 mil		
		Total	R\$ 79.081 mil	Total	R\$ 237.461 mil		
GRUPO CASAS BAHIA S.A.	Eletrodomésticos Novo Mercado	Trabalhista	R\$ 1.889 milhões	Trabalhista	R\$ 3.996 milhões		
		Cível e outras	R\$ 255 milhões	Cível	R\$ 276 milhões		
		Tributário	R\$ 339 milhões	Tributário	R\$ 4.583 milhões		
		Total	R\$ 2.483 milhões	Total	R\$ 8.855 milhões		
MAGAZINE LUIZA S.A.	Eletrodomésticos Novo Mercado	Trabalhista	R\$ 88.040 mil	Tributário	R\$ 2.184.958	Tributário	R\$ 2.262.858 mil
		Cível	R\$ 54.085 mil				
		Tributário	R\$ 1.715.228 mil				
		Total	R\$ 1.857.353 mil				
WHIRLPOOL S.A.	Eletrodomésticos	Trabalhista	R\$ 29.638 mil	Variados	R\$ 2.203.267 mil	Variados	R\$ 8.656.706 mil
		Cível	R\$ 15.325 mil				
		Tributário	R\$ 385.106 mil				
		Total	R\$ 430.069 mil				
AMERICANAS S.A.	Produtos diversos Novo Mercado	Fiscal	R\$ 789 milhões	Adm e judiciais	R\$ 9.803 milhões		
		Trabalhista	R\$ 244 milhões				
		Cível	R\$ 48 milhões				
		Imobiliária	R\$ 218 milhões				
CVLB BRASIL S.A.	Produtos diversos	Trabalhista	R\$ 5.708 mil	Trabalhista	R\$ 34.737 mil		
		Cível	R\$ 2.040 mil	Cível	R\$ 42.116 mil		
		Tributário	R\$ 46.222 mil	Tributário	R\$ 54.832 mil		
		Não especificado		Não especificado		Não especificado	R\$ 112.198 mil
GRUPO SBF AS	Produtos diversos Novo Mercado	Total	R\$ 53.970 mil	Total	R\$ 131.665 mil		
		Fiscal	R\$ 153.914 mil	Trabalhista	R\$ 299.411 mil		
		Trabalhista	R\$ 21.686 mil	Tributário	R\$ 573.201 mil	Tributário	R\$ 144.541 mil
		Cível	R\$ 25.772 mil	Não especificado	R\$ 32.892 mil		
LOJAS QUERO-QUERO S/A	Produtos diversos Novo Mercado	Não especificado	R\$ 190.608 mil				
		Total	R\$ 391.980 mil	Total	R\$ 1.005.504 mil		
		Trabalhista	R\$ 9.788 mil	Trabalhista	R\$ 5.919		
		Cível	R\$ 2.570 mil	Cível	R\$ 8.407 mil		
MPM CORPÓREOS S.A.	Produtos diversos - NM	Tributário	R\$ 2.277 mil	Tributário	R\$ 2.642		
		Total	R\$ 14.635 mil	Total	R\$ 16.968		
		Trabalhista	R\$ 5.350 mil	Fiscal, cível e trab.	R\$ 28.193 mil		
		Cível	R\$ 854 mil				
PET CENTER S.A.	Produtos diversos Novo Mercado	Tributário	R\$ 28 mil				
		Total	R\$ 6.232 mil				
		Trabalhista	R\$ 15.295 mil	Trabalhista	R\$ 88.175 mil		
		Cível	R\$ 266 mil	Cível	R\$ 15.771 mil		
AZZAS 2154 S.A.	Tecidos, vestuários e calçados Novo Mercado	Tributário	R\$ 8.003 mil	Tributário	R\$ 218.082 mil		
		Total	R\$ 23.564 mil	Total	R\$ 322.028 mil		
		Trabalhista	R\$ 61.651 mil	Trabalhista	R\$ 598.091 mil		
		Cível	R\$ 30.267 mil	Cível	R\$ 45.373 mil		
CEA MODAS S.A.	Tecidos, vestuários e calçados	Tributário	R\$ 583.803 mil	Tributário	R\$ 720.033 mil		
		Total	R\$ 675.521 mil	Total	R\$ 863.497		
		Trabalhista	R\$ 35.616 mil	Tributário	R\$ 513.052 mil		
		Cível	R\$ 5.039 mil				
GRAZZIOTIN S.A.	Tecidos, vestuários e calçado	Tributário	R\$ 252.397 mil				
		Total	R\$ 293.052 mil				
		Trabalhista	R\$ 1.904 mil	Trabalhista	R\$ 2.478 mil		
		Cível	R\$ 159 mil	Cível	R\$ 2.883 mil		
GUARARAPES CONFEC S.A.	Tecidos, vestuários e calçados	Total	R\$ 2.063 mil	Total	R\$ 5.361 mil		
		Fiscal	R\$ 98.221 mil	Fiscal	R\$ 1.069.501 mil	Fiscal	R\$ 274.811 mil
		Trabalhista	R\$ 63.138 mil				
		Cível	R\$ 19.560 mil				
LOJAS RENNER	Tecidos, vestuários e calçados Novo Mercado	Total	R\$ 141.919 mil				
		Trabalhista	R\$ 88.330 mil	Cível	R\$ 26.781 mil		
		Cível	R\$ 27.314 mil	Tributário	R\$ 984.612 mil		
		Tributário	R\$ 41.077 mil				
MARISA LOJAS S.A.	Tecidos, vestuários e calçados Novo Mercado	Total	R\$ 146.243 mil		R\$ 1.011.393 mil		
		Trabalhista	R\$ 55.558 mil	Tributário	R\$ 420.003 mil		
		Cível	R\$ 18.555 mil				
		Tributário	R\$ 55.866 mil				
VESTE S.A. ESTILO	Tecidos, vestuários e calçados Novo Mercado	Total	R\$ 129.979 mil				
		Trabalhista	R\$ 16.242 mil	Trabalhista	R\$ 34.884 mil		
		Cível	R\$ 3.079 mil	Cível	R\$ 6.984 mil		
		Tributário	R\$ 1.323 mil	Tributário	R\$ 157.396 mil		
		Total	R\$ 20.644 mil	Total	R\$ 199.264 mil		

IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DE PASSIVOS CONTINGENTES OBRIGATÓRIOS E VOLUNTÁRIOS, ATRAVÉS DA LISTA DA METODOLOGIA DA PESQUISA

QTD	EMPRESAS - EVIDENCIAÇÃO OBRIGATÓRIA DE PASSIVOS CONTINGENTES POSSÍVEIS	Descrição da natureza	Estimativa do seu efeito financeiro	Incertezas de valor ou momento de saída	Possibilidade de qualquer reembolso, quando praticável	PONTUAÇÃO OBTIDA	TOTAL - NA	ÍNDICE DE DIVULGAÇÃO (PONTUAÇÃO O/(TOTAL-A))
1	ALLIED TECNOLOGIA S.A	1	1	1	1	4	4	100,00%
2	GRUPO CASAS BAHIA S.A	1	1	1	0	3	4	75,00%
3	MAGAZINE LUIZA S.A	1	1	1	0	3	4	75,00%
4	WHIRLPOOL S.A	1	1	1	0	3	4	75,00%
5	AMERICANAS S.A	1	1	1	0	3	4	75,00%
6	CVLB BRASIL S.A. (LE BISCUIT)	1	1	1	1	4	4	100,00%
7	GRUPO SBF AS	1	1	1	1	4	4	100,00%
8	LOJAS QUERO-QUERO S/A	1	1	0	0	2	4	50,00%
9	MPM CORPÓREOS S.A	1	1	1	0	3	4	75,00%
10	PET CENTER S.A	1	1	1	0	3	4	75,00%
11	AZZAS 2154 S.A	1	1	1	0	3	4	75,00%
12	CEA MODAS S.A	1	1	1	0	3	4	75,00%
13	GRAZZIOTIN S.A	1	1	1	0	3	4	75,00%
14	GUARARAPES CONFEC S.A	1	1	1	0	3	4	75,00%
15	LOJAS RENNEN	1	1	1	0	3	4	75,00%
16	MARISA LOJAS S.A	1	1	1	0	3	4	75,00%
17	VESTE S.A. ESTILO	1	1	1	0	3	4	75,00%

QTD	EMPRESAS - EVIDENCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE PASSIVOS CONTINGENTES REMOTOS	Descrição da natureza	Estimativa do seu efeito financeiro	Incertezas de valor ou momento de saída	PONTUAÇÃO OBTIDA	TOTAL - NA	ÍNDICE DE DIVULGAÇÃO (PONTUAÇÃO O/(TOTAL-A))
1	ALLIED TECNOLOGIA S.A	NA	NA	NA	0	0	0
2	GRUPO CASAS BAHIA S.A	NA	NA	NA	0	0	0
3	MAGAZINE LUIZA S.A	1	1	1	3	3	100,00%
4	WHIRLPOOL S.A	1	1	1	3	3	100,00%
5	AMERICANAS S.A	NA	NA	NA	0	0	0
6	CVLB BRASIL S.A. (LE BISCUIT)	1	1	1	3	3	100,00%
7	GRUPO SBF AS	1	1	1	3	3	100,00%
8	LOJAS QUERO-QUERO S/A	NA	NA	NA	0	0	0
9	MPM CORPÓREOS S.A	NA	NA	NA	0	0	0
10	PET CENTER S.A	NA	NA	NA	0	0	0
11	AZZAS 2154 S.A	NA	NA	NA	0	0	0
12	CEA MODAS S.A	NA	NA	NA	0	0	0
13	GRAZZIOTIN S.A	NA	NA	NA	0	0	0
14	GUARARAPES CONFEC S.A	1	1	1	3	3	100,00%
15	LOJAS RENNEN	NA	NA	NA	0	0	0
16	MARISA LOJAS S.A	NA	NA	NA	0	0	0
17	VESTE S.A. ESTILO	NA	NA	NA	0	0	0

IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DE PROVISÕES, ATRAVÉS DA LISTA DA METODOLOGIA DA PESQUISA

QTD	EMPRESAS - EVIDENCIAÇÃO OBRIGATÓRIA DE PROVISÕES	Valores início e fim do período	Provisões adicionais	Valores utilizados e não utilizados revertidos	Valores não utilizados (estornado s)	Aumento no valor desconta do a valor presente	Efeito de mudança na taxa de desconto	Descrição da natureza da obrigação	Cronograma esperado de saídas	Indicação das incertezas de valor ou cronograma	Informação de premissas para eventos de ocorrência futura	Valor de qualquer reembolso esperado	PONTUAÇÃO OBTIDA	TOTAL - NA	ÍNDICE DE DIVULGAÇÃO (PONTUAÇÃO/ (TOTAL-A))
1	ALLIED TECNOLOGIA S.A	1	1	1	1	0	0	1	0	1	1	1	8	11	72,73%
2	GRUPO CASAS BAHIA S.A	1	1	1	1	0	0	1	0	1	0	0	6	11	54,55%
3	MAGAZINE LUIZA S.A	1	1	1	1	NA	NA	1	0	1	0	0	6	9	66,67%
4	WHIRLPOOL S.A	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	0	9	11	81,82%
5	AMERICANAS S.A	1	1	1	1	1	0	1	0	1	0	0	7	11	63,64%
6	CVLB BRASIL S.A.	1	1	1	0	0	0	1	1	1	1	1	8	11	72,73%
7	GRUPO SBF AS	1	1	1	1	0	0	1	0	1	1	1	8	11	72,73%
8	LOJAS QUERO-QUERO S/A	1	1	1	1	0	0	1	0	0	0	1	6	11	54,55%
9	MPM CORPÓREOS S.A	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	0	8	11	72,73%
10	PET CENTER S.A	1	1	1	1	0	0	1	0	1	0	0	6	11	54,55%
11	AZZAS 2154 S.A	1	1	1	1	0	0	1	0	1	1	0	7	11	63,64%
12	CEA MODAS S.A	1	1	1	1	0	0	1	0	1	1	0	7	11	63,64%
13	GRAZZIOTIN S.A	1	1	1	1	0	0	1	0	1	1	0	7	11	63,64%
14	GUARARAPES CONFEC S.A	1	1	1	1	0	0	1	0	1	1	0	7	11	63,64%
15	LOJAS RENNER	1	1	1	1	NA	0	1	0	1	0	0	6	10	60,00%
16	MARISA LOJAS S.A	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	0	9	11	81,82%
17	VESTE S.A. ESTILO	1	1	1	1	NA	0	1	0	1	0	0	6	10	60,00%

CÁLCULO DA EXPRESSIVIDADE DAS PROVISÕES

QTD	EMPRESAS - EXPRESSIVIDADE DE PROVISÕES	TOTAL PROVISÕES	TOTAL PASSIVO (CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE)	EXPRESSIVIDADE (PROVISÕES/PASSIVO TOTAL)
1	ALLIED TECNOLOGIA S.A	79.081	3.447.940	2,29%
2	GRUPO CASAS BAHIA S.A	2.483	31.412	7,90%
3	MAGAZINE LUIZA S.A	1.857.353	37.311.858	4,98%
4	WHIRLPOOL S.A	910.783	10.569.338	8,62%
5	AMERICANAS S.A	1.299	17.465.000	0,01%
6	CVLB BRASIL S.A.	53.970	2.815.001	1,92%
7	GRUPO SBF AS	391.980	8.945.967	4,38%
8	LOJAS QUERO-QUERO S/A	14.635	3.156.250	0,46%
9	MPM CORPÓREOS S.A	6.232	1.435.590	0,43%
10	PET CENTER S.A	23.564	2.233.773	1,05%
11	AZZAS 2154 S.A	675.521	15.253.545	4,43%
12	CEA MODAS S.A	293.052	6.745.411	4,34%
13	GRAZZIOTIN S.A	2.063	400.442	0,52%
14	GUARARAPES CONFEC S.A	141.919	13.633.267	1,04%
15	LOJAS RENNER	146.243	20.364.590	0,72%
16	MARISA LOJAS S.A	129.979	1.904.258	6,83%
17	VESTE S.A. ESTILO	20.644	1.656.533	1,25%

CÁLCULO DA EXPRESSIVIDADE DOS PASSIVOS CONTINGENTES OBRIGATÓRIOS E VOLUNTÁRIOS

QTD	EMPRESAS - EXPRESSIVIDADE DE PASSIVOS CONTINGENTES OBRIGATÓRIOS	TOTAL PASSIVO CONTINGENTE OBRIGATÓRIO	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	EXPRESSIVIDADE LUCRO LÍQUIDO	PATRIMONIO LÍQUIDO	EXPRESSIVIDADE PATRIMÔNIO LÍQUIDO
1	ALLIED TECNOLOGIA S.A	237.461	145.532	163,17%	1.588.986	14,94%
2	GRUPO CASAS BAHIA S.A	8.855	-1.045	-847,37%	2.477	357,49%
3	MAGAZINE LUIZA S.A	2.184.958	448.717	486,93%	11.319.262	19,30%
4	WHIRLPOOL S.A	2.203.267	910.783	241,91%	2.695.721	81,73%
5	AMERICANAS S.A	9.803	8.281.000	0,12%	4.970.000	0,20%
6	CVLB BRASIL S.A.	131.665	-111.611	-117,97%	340.358	38,68%
7	GRUPO SBF AS	1.005.504	535.834	187,65%	3.012.211	33,38%
8	LOJAS QUERO-QUERO S/A	16.968	146	11621,92%	545.997	3,11%
9	MPM CORPÓREOS S.A	28.193	1.648	1710,74%	856.065	3,29%
10	PET CENTER S.A	322.028	-42.756	-753,18%	1.661.686	19,38%
11	AZZAS 2154 S.A	863.497	338.549	255,06%	7.721.515	11,18%
12	CEA MODAS S.A	513.052	452.478	113,39%	3.308.488	15,51%
13	GRAZZIOTIN S.A	5.361	104.649	5,12%	952.978	0,56%
14	GUARARAPES CONFEC S.A	1.069.501	235.138	454,84%	5.403.620	19,79%
15	LOJAS RENNER	980.113	1.196.668	81,90%	10.772.951	9,10%
16	MARISA LOJAS S.A	420.003	-315.784	-133,00%	284.608	147,57%
17	VESTE S.A. ESTILO	199.264	665	29964,51%	1.043.284	19,10%

QTD	EMPRESAS - EXPRESSIVIDADE DE PASSIVOS CONTINGENTES VOLUNTÁRIOS	TOTAL PASSIVO CONTINGENTE VOLUNTÁRIO	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	EXPRESSIVIDADE LUCRO LÍQUIDO	PATRIMONIO LÍQUIDO	EXPRESSIVIDADE PATRIMÔNIO LÍQUIDO
1	ALLIED TECNOLOGIA S.A	NA	145.532	0,00%	1.588.986	0
2	GRUPO CASAS BAHIA S.A	NA	-1.045	0,00%	2.477	0
3	MAGAZINE LUIZA S.A	2.262.858	448.717	504,30%	11.319.262	19,99%
4	WHIRLPOOL S.A	8.656.706	910.783	950,47%	2.695.721	321,13%
5	AMERICANAS S.A	NA	8.281.000	0,00%	4.970.000	0,00%
6	CVLB BRASIL S.A. (LE	112.198	111.611	100,53%	340.358	32,96%
7	GRUPO SBF AS	144.541	535.834	26,97%	3.012.211	4,80%
8	LOJAS QUERO-QUERO S/A	NA	146	0,00%	545.997	0,00%
9	MPM CORPÓREOS S.A	NA	1.648	0,00%	856.065	0,00%
10	PET CENTER S.A	NA	-42.756	0,00%	1.661.686	0,00%
11	AZZAS 2154 S.A	NA	338.549	0,00%	7.721.515	0,00%
12	CEA MODAS S.A	NA	452.478	0,00%	3.308.488	0,00%
13	GRAZZIOTIN S.A	NA	104.649	0,00%	952.978	0,00%
14	GUARARAPES CONFEC S.A	274.811	235.138	116,87%	5.403.620	5,09%
15	LOJAS RENNER	NA	1.196.668	0,00%	10.772.951	0,00%
16	MARISA LOJAS S.A	NA	-315.784	0,00%	284.608	0,00%
17	VESTE S.A. ESTILO	NA	665	0,00%	1.043.284	0,00%